

APÊNDICE 4: Produto didático.

Orientações para professores de física trabalharem com estudantes surdos

Denize Rodrigues Martins

Elielson Ribeiro de Sales

Maria da Conceição Gemaque de Matos

2017

Volume 1, Edição 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) [de acordo com ISBD](#)
[Biblioteca do Instituto de Educação Matemática e Científica – Belém-PA](#)

M386e Martins, Denize Rodrigues, 1985-

Educação em ciências e educação de surdos: explorando possibilidades em aulas de física [Recurso eletrônico] / Denize Rodrigues Martins, Elielson Ribeiro de Sales. — Belém, 2017.

410,69 Kb : il. ; ePUB.

Produto gerado a partir da dissertação intitulada: Educação em ciências e educação de surdos: explorando possibilidades em aulas de física, defendida por Denize Rodrigues Martins, sob a orientação do Prof. Dr. Elielson Ribeiro de Sales, defendida no Mestrado Profissional em Docência em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica da Universidade Federal do Pará, em Belém-PA, em 2017.
Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/10519>

Disponível somente em formato eletrônico através da Internet.

Disponível em versão online via:

<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572506>

1. Surdos – Educação – Abaetetuba (PA). 2. Língua brasileira de sinais. 3. Física – Estudo e ensino – Abaetetuba (PA). 4. Prática de ensino. I. Sales, Elielson Ribeiro de Sales. II. Título.

CDD: 23. ed. 371.9098115

Sumário

Introdução	2
Surdo ou deficiente?	2
Orientações ao professor que tem estudante surdo em sala de aula dita regular	4
<i>Em relação ao currículo</i>	5
<i>Em relação ao estudante surdo</i>	6
<i>Em relação ao estudante surdo oralizado</i>	8
<i>Em relação ao surdo que não domina a Libras e que não é oralizado</i>	9
<i>Caso conte com o trabalho do intérprete na sala de aula</i>	10
<i>Em relação a avaliação</i>	13
Conclusão	14
REFERÊNCIAS	16

Introdução

Este livreto é fruto da pesquisa de minha dissertação. As orientações presente no mesmo são embasadas na minha vivência como professora e irmã de uma pessoa surda, nos preceitos legais sobre a educação de surdos, e fundamentada em autores que discutem a surdez. Tenho por objetivo contribuir com a prática docente na mediação da construção do conhecimento em turmas regulares com estudantes ouvintes e surdos inclusos.

Não existem receitas prontas para atender a cada necessidade educacional.

Apresento sugestões generalistas envolvendo questões didático pedagógicas que podem servir para nortear o trabalho docente de quem está começando a trabalhar com estudantes surdos em escolas regulares. Antes de compartilhar algumas sugestões para o professor trabalhar com estudantes surdos, acredito ser pertinente falar sobre o termo surdo ou deficiente.

Surdo ou deficiente?

Alguns profissionais não sabem qual termo usar para referir-se ao estudante surdo, talvez as mudanças legais que estamos assistindo nas últimas décadas tenham interferido diretamente na educação e provocado questionamentos entre alguns professores como: Qual o termo correto para referir-se ao

surdo? “Pessoa portadora de deficiência ou pessoa com deficiência?”.

Na legislação encontro que:

[...] ao longo do tempo termos como aleijado, inválido, incapacitado, defeituoso, desvalido (Constituição de 1934), excepcional (Constituição de 1937 e Emenda Constitucional n. 1 de 1969) e pessoa deficiente (Emenda Constitucional 12/78) foram usados (e ainda são, infelizmente!) para designar a pessoa com deficiência (GUGEL, 2006, p.25).

O termo referente às pessoas com deficiência vem sofrendo alterações com o passar do tempo, e podemos ver essas alterações na redação das Leis que regem nosso Brasil. Para Mazzotta (2011) os surdos já foram chamados de “crianças retardadas”, na LDB de 1971 nº 5.692/71 de “os excepcionais” e na Constituição Federal de 1988 de “pessoa portadora de deficiência”. Hoje encontro na LDB de 1996, nº 9.394/96

Qual o termo correto para se referir ao surdo?

“educandos com necessidades especiais”, no PNE, Lei nº 10.172/2001 “pessoas com necessidades especiais”, na LDB atualizada em 2013 “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. E recentemente na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 o termo é “Pessoa com Deficiência”.

Esse termo se confunde até mesmo nas legislações, pois na Constituição Federal de 1988, vigente encontrei “pessoa portadora de deficiência”, na LDB vigente o termo é “educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” e finalmente da Lei nº 13.146/15 é “Pessoa com Deficiência”.

Para Mazzotta (2011, p.130):

[...] mais do que mudar os termos utilizados na literatura especializada (nacional e estrangeira) e nos textos legais, o fundamental seria interpretá-los o mais correta e profundamente possível no contexto atual da educação. Tais alterações, que até sugerem desprezo pelo conhecimento científico e pela reflexão crítica têm contribuído grandemente para o descaso, confusão e descrédito na Educação Especial.

O Decreto nº 3.298/99, art. 3º considera que:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999, grifo nosso).

Nesse sentido, o surdo não deveria ser considerado pessoa com deficiência, pois ele consegue desempenhar as atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano, a única diferença é que ele não escuta,

podendo falar com as mãos ou com os lábios no caso do surdo oralizado.

Já a Lei nº 13.146/15 define a pessoa com deficiência como aquela que tem algum tipo de impedimento que possa impedir sua participação ativa na sociedade:

Assumo o aspecto cultural, utilizo o termo surdo.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O impedimento que o surdo encontra para participar de forma plena na sociedade em igualdade de condições é a língua, pois a maioria da população não compartilha do código linguístico: a Libras! Nesta perspectiva o surdo é “Pessoa com Deficiência”, pois encontra uma barreira na comunicação. Tendo esse olhar, o estrangeiro poderia ser considerado pessoa com deficiência, por não ter domínio da língua portuguesa?

O impedimento que o surdo encontra para participar de forma plena na sociedade em igualdade de condições é a língua.

Olhando pela perspectiva cultural, encontro que “deficiente auditivo” é aquela pessoa que tem dificuldade de ouvir, às vezes opta em utilizar o aparelho auditivo e não faz uso da Libras, já a pessoa que é membro de um grupo linguístico minoritário, caracterizado

principalmente pela comunicação por meio da língua de sinais, é surdo (SKLIAR, 2015).

Desta maneira, chego ao consenso de que o estudante surdo deve ser chamado de surdo, no aspecto cultural. E de Pessoa com Deficiência ou com necessidade educacional, no aspecto legal. Nesse sentido, assumo o aspecto cultural, ou seja, utilizo o termo surdo.

Orientações ao professor que tem estudante surdo em sala de aula dita regular

“A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum”. Hannah Arendt (1972)

A inclusão é um desafio, que ao ser enfrentado pela escola comum deve provocar a melhoria da qualidade na Educação Básica e Superior. Mas, infelizmente, muitas escolas ainda não estão preparadas para receber os estudantes surdos e muitas aceitam a matrícula do surdo apenas para não cometer crime de abandono intelectual e sujeitar-se às penas do artigo 246 do Código Penal. Diante desse contexto, a maioria de nós, professores, ainda não está preparada para encarar esse desafio, mas somos corajosos e devemos empenhar-se para sermos educadores e

compartilhar nossas experiências, para que juntos possamos colaborar para um ensino de qualidade.

Ao lecionar devemos realizar sempre algumas adaptações curriculares.

Em relação ao currículo

Ao lecionar, devemos realizar sempre algumas adaptações curriculares e para turmas que tem algum estudante com necessidade educacional, isso passa a ser obrigatório. Durante minha prática educacional, tento aproximar-me de ações que, a meu ver, são adaptações, que de acordo com Brasil (1999b, p.40) devem ser realizadas em três níveis:

- no âmbito do projeto pedagógico (currículo escolar) que devem focar principalmente, a organização escolar e os serviços de apoio, propiciando condições estruturais que possam ocorrer no nível de sala de aula e no nível individual;
- no currículo da classe, que se referem, principalmente, à programação das atividades elaboradas para sala de aula;
- no nível individual, que focam a atuação do professor na avaliação e no atendimento a cada estudante.

Na sala de aula, um dos procedimentos que utilizo, considerando “as dificuldades de comunicação do aluno” (BRASIL, 1999b, p.42) são desenhos, imagens e o português sinalizado para ensinar o estudante surdo, pois nas escolas em que já trabalhei, não contei com o serviço de

A inclusão é um desafio que deve ser enfrentado pela escola.

intérpretes.

Quando tenho um estudante com alguma dificuldade de aprendizagem, procuro a sala de recursos e busco saber se o estudante está participando do atendimento no contra turno, quais são suas principais dificuldades e de que maneira posso colaborar; ou seja, faço adaptação curricular no âmbito da classe (sala de aula) na qual “o trabalho do professor da sala de aula e dos professores de apoio ou outros profissionais envolvidos é realizado de forma cooperativa, interativa e bem definida do ponto de vista de papéis, competência e coordenação” (BRASIL, 1999b, p.42).

Dentro desse contexto, seleciono o conteúdo mais significativo para a turma, privilegiando e explorando mais as questões conceituais. Lacerda (2000, p.5) comenta que este fato é corriqueiro em escolas que não contam com o intérprete; o professor por ter

dificuldade de comunicação, “simplifica conteúdos, modifica suas exigências, dadas as dificuldades de

interação” com o estudante surdo e ao mesmo tempo com estudantes ouvintes. Antes me sentia culpada por não conseguir trabalhar todo o conteúdo previsto, mas agora sei que estou apenas priorizando a qualidade e não a quantidade, pois o objetivo da escola deve ser

Devemos buscar apoio na sala de recurso e discutir como colaborar com o estudante

a formação de pessoas que possam gerenciar as informações e não apenas acumular dados.

Selecionar conteúdo faz parte de uma das adaptações curriculares, porém esta seleção não deve causar prejuízos à promoção acadêmica:

Selecionar conteúdo faz parte da adaptação curricular, porém não deve causar prejuízos à promoção acadêmica.

Eliminar conteúdos, objetivos e critérios de avaliação, definidos para o grupo de referência do aluno, em razão de suas deficiências ou limitações pessoais. A supressão desses conteúdos e objetivos da programação educacional regular não deve causar prejuízos para a sua escolarização e promoção acadêmica. Deve considerar, rigorosamente, o significado dos conteúdos, ou seja, se são básicos, fundamentais e pré-requisitos para aprendizagens posteriores (BRASIL, 1999b, p.51).

Desta maneira, estou fazendo adaptação nos elementos curriculares, pois de acordo com Brasil (1999b, p.44), além da “classificação, por níveis, as medidas adaptativas podem se distinguir em duas categorias: adaptações de acesso ao currículo e nos elementos curriculares”. Sendo que “a adaptação de acesso ao currículo é o conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor quanto ao seu preparo para trabalhar com os alunos” (BRASIL, 1999b, p.44). E a adaptação nos elementos curriculares “focalizam as formas de ensinar e avaliar, bem

como os conteúdos a serem ministrados, considerando a temporalidade.” (BRASIL, 1999b, p. 49).

Nas turmas que tive estudante surdo, não consegui avançar muito no conteúdo, por não ter o auxílio de um intérprete, às vezes tinha que explicar novamente, fazer desenhos, indagações em Libras e até durante o intervalo ficava só com os estudantes surdos para tirar dúvidas, apontar imagens no livro didático, olhar o caderno, explicar em Libras a atividade de casa, entre outros. Zuffiet *al* (2011, p.6) comenta que os “professores buscaram por conta própria, maneiras de se comunicar com os surdos e promover sua aprendizagem, num esforço pessoal, o que mostra o quanto o sistema educacional brasileiro ainda oferece poucas condições para a formação do professor nesse quesito.”

Vale lembrar que, a adaptação curricular não cabe apenas ao professor. A escola deve incluir no Plano Político Pedagógico estratégias de trabalho com o estudante surdo, mas infelizmente nem sempre isso ocorre.

Em relação ao estudante surdo

Falando de questões da prática profissional em sala de aula, ressalta-se que “ensinar exige disponibilidade para o diálogo” (FREIRE, 2014, p.132). Como o professor terá diálogo diretamente com o estudante surdo se não

saber Libras? Desta maneira, o professor deve ser sensível e estar atendo ao estudante surdo, pois se este estudante saber ler e escrever, o professor pode usar a língua portuguesa como meio de comunicação, isso não é desejável, pois o estudante surdo nem sempre entende o significado da palavra, pelo fato da língua portuguesa ser como uma língua estrangeira para o surdo. Por isso, é preferível que o professor tenha uma noção básica da Libras, conheça um pouco da cultura surda e busque sempre está atualizado sobre a educação de surdos.



“ensinar exige
disponibilidade
para o diálogo”
(FREIRE)

Desse modo, o professor poderá dialogar com o estudante surdo, a fim de combinar os sinais em Libras que serão utilizados para representar determinado conceito

específico, utilizado durante a aula.

É fundamental, que o professor converse com os professores do AEE, a fim de saber quais os tipos de linguagem que o estudante surdo utiliza (oral, escrita, Libras, língua de sinais caseira, leitura labial, entre outros), para facilitar a comunicação entre docente e estudante, pois assim como você tem interação com os estudantes ouvintes, é preciso ter interação com o estudante surdo. Se possível, converse com outros docentes do estudante surdo, de disciplinas diferentes ou de anos anteriores e pergunte o que não funcionou, para evitar os mesmos erros, desta forma, você estará buscando conhecer o estudante surdo,

pois cada um é diferente do outro, o que promove aprendizado para um, pode não promover aprendizado para o outro, evite ter surpresas no fim do ano, antecipe-se, busque conhecer o estudante surdo no início do ano letivo.

Sabendo o tipo de linguagem que o estudante surdo utiliza, o professor deve conseguir a atenção do estudante e ter certeza de que tem a atenção do mesmo. Diga o nome dele/dela ou peça a atenção da classe inteira quando for dizer algo importante. Sempre observe se o estudante surdo está atento, antes de iniciar uma comunicação com ele, caso contrário chame sua atenção, tocando-o levemente ou fazendo algum gesto. Quando não entender o que um surdo está falando, solicite repetição, nunca finja ter entendido sem de fato ter entendido. Para uma melhor comunicação, utilize desenhos, expressão facial e corporal significativas.

Cumprimente-o sempre que possível em língua de sinais e ou com um sorriso. O ideal é que todos na escola aprendam a língua de sinais para que a inclusão ocorra de fato.

Fique atento, pois sempre tem um colega

Sempre observe se o estudante surdo está atento antes de iniciar a comunicação com ele.

que ajuda, e ter um colega parceiro de atividades fornece ao estudante surdo um apoio amigável e ajuda o professor a ter

certeza de que o estudante surdo está engajado em todas as atividades.

Use ao máximo os recursos visuais para preparar as aulas, como: fotos, cartazes, gravuras, desenhos, gráficos e

É fundamental, em todas as disciplinas, o uso de todos os recursos visuais.

outros, pois os estudantes surdos aprendem por meio do visual. A visão é o canal de comunicação dos surdos, além de facilitar a compreensão dos ouvintes, pois o conteúdo passa do abstrato para o concreto.

Campelo recomenda ser fundamental, em todas as disciplinas, o uso de todos os recursos visuais como:

língua de sinais, exposição de DVD, CD, filmes legendados, filmes científicos, filmes nacionais com legendas, filmes estrangeiros, filmes com ficção, como requisito visual para todos. Na *Gallaudet University*, todos usam os equipamentos visuais em cada sala de aula para fazer demonstrações visuais, o que ajuda a construir as infinitas possibilidades no aprendizado visual e cognitivo como sujeitos Surdos para atingir a plena cidadania como sujeitos Surdos (CAMPELO, 2008, p.140).

A autora também diz que devemos apostar na Pedagogia Surda, técnica que exige:

o uso da imagem, captando em todas as suas essências que nos rodeiam, traduzindo todas as formas de interpretações e do seu modo de ver, de forma subjetiva e objetiva. Não é, simplesmente, usar a língua de sinais brasileira, como uma língua simples, mecanizada, e sim, muito mais. Exige perceber todos os elementos que rodeiam os sujeitos Surdos enquanto signos

visuais (CAMPELO, 2008, p.136).

Embasada em Campelo, acredito que a utilização das questões acompanhadas de imagens, é fundamental para a compreensão do estudante surdo.

Ao utilizar vídeos durante as aulas devemos ter o cuidado de utilizar legenda, pausar o vídeo de vez enquanto para explicar algum termo, lembrando-se de deixar alguma iluminação para o estudante visualizar a explicação, pois geralmente o estudante surdo tem dificuldade com a leitura.

É importante que indiquemos sempre com antecedência o tema da aula seguinte, no sentido de possibilitar aos estudantes (tanto surdos quanto ouvintes) a leitura antecipada do conteúdo proposto, para que os mesmos fiquem familiarizados e possam levantar dúvidas ou pesquisar em outras fontes o conteúdo.

Registre os avisos importantes na lousa ou nos quadros de aviso da escola, incluindo comunicação externa e interna, como datas das provas, entrega de trabalhos etc. para garantir que o estudante surdo tenha acesso a todas as informações, assim como os outros estudantes.

Estimule o estudante surdo a participar em sala de aula, a expressar a sua opinião e a

apresentar atividades escolares para o público. Parabenize-o pelas conquistas alcançadas; interrogue-o e peça a sua ajuda para que o mesmo se sinta um membro ativo e participante, coloque-o a par de tudo o que está acontecendo na comunidade escolar. Devemos promover a participação desses estudantes nas atividades em grupo, como seminários, dando oportunidade a ele, tratando de forma igual, acreditando na potencialidade dele, caso ele se sinta envergonhado devemos auxiliá-lo a integrar-se nos grupos. Devemos demonstrar interesse pela

Devemos promover a participação dos estudantes surdos nos trabalhos em grupo.

O surdo tem o mesmo potencial do ouvinte, a diferença é apenas a forma de comunicação.

A utilização das questões acompanhadas de imagens são fundamentais.

dificuldade do estudante surdo, sem facilitar, dispensar das atividades ou não cobrar as obrigações do surdo; esse é um espaço significativo para um aprendizado diferenciado, pois eles têm o mesmo potencial de um estudante ouvinte, a diferença é apenas a forma de comunicação.

Evite alterações repentinas das atividades planejadas, dos locais marcados para a aula, pois pessoas surdas se organizam antecipadamente e mudanças podem deixá-los confusos.

Por fim, lembre que todos são iguais: ao planejar e ministrar sua aula, faça de maneira que contemple todos os estudantes, evitando isolamentos de um grupo ou outro, sem fazer

distinção aos surdos dos ouvintes, porém, sabendo e respeitando as diversidades linguísticas, como qualquer outra diversidade deve ser considerada, propiciando quebra de paradigmas e preconceitos, colaborando por uma melhor aceitação do diferente e promovendo a inclusão.

Em relação ao estudante surdo oralizado

Se o estudante surdo conseguir falar um pouco, ou seja, for oralizado, Alves (2012, p.39), apoiado nas ideias de Cruz e Dias e nas ideias de Smith, nos apresenta alguns cuidados que devemos ter ao ensinar surdos oralizados:

Se o professor não adequar a sua fala, não permitirá ao aluno a leitura labial, porque muitas vezes o professor vira-se para o quadro para escrever, ficando de costas para o aluno e falando ao mesmo tempo (CRUZ; DIAS, 2009). O professor deve ser consciente da velocidade na sua fala e ir mais vagorosamente se o aluno surdo parecer confuso devendo repetir mais que uma vez a mesma informação (SMITH, 2008).

Sendo assim, quando estiver falando com o estudante surdo fique sempre de frente para o mesmo, use frases curtas com estruturas completas e com o apoio da escrita. Fale com o estudante de maneira pausada, sem excesso e sem conferir as sílabas, de maneira clara, num tom de voz normal, com boa pronúncia, para que o surdo consiga “ler” os lábios para entender as informações veiculadas.

Incentive os outros estudantes da turma para sempre falarem com o surdo, recebendo-o naturalmente. Considerando que, para Freire (2004, p.138) “ensinar exige querer bem aos educandos”, deste modo, fique atento para que os surdos participem das atividades extraclasses.

Utilize vocabulário alternativo quando os surdos não entenderem o que estão lendo, simplifique a forma da mensagem e anote no quadro didático o resumo do conteúdo lecionado com os dados essenciais, em frases curtas, destacando o verbo das frases e o significado para que os estudantes surdos possam entender as instruções e executá-las. Preste atenção ao utilizar a linguagem figurada e as gírias porque precisará explicar-lhes também o significado.

Fale com o estudante surdo oralizado de forma pausada.

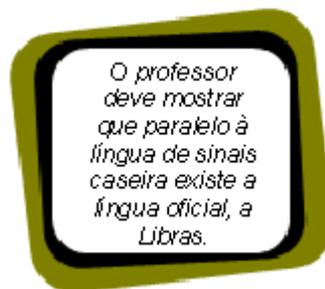
Todos os surdos são capazes.

Em relação ao surdo que não domina a Libras e que não é oralizado

Embasada na minha experiência durante a pesquisa de mestrado sugiro que o professor intensifique o uso de imagens e persista no uso da Libras associada ao uso de sinais caseiros, que provavelmente o estudante surdo deve utilizar. Mas para Fusellier-Souza (2006), as línguas de sinais emergem de um mesmo processo cognitivo, o processo de iconicidade, o qual é ancorado em um universo

perceptivo prático da experiência sensível e que os indivíduos surdos que vivem exclusivamente em ambiente de ouvintes implementam estratégias de comunicação fundadas sobre o mesmo processo cognitivo. E, de acordo com a mesma autora (2015)²⁵, o professor não pode simplesmente ignorar a língua de sinais caseira e fazer de tudo para que o estudante surdo abandone essa língua em detrimento da Libras, o professor deve mostrar que, em paralelo a língua de sinais caseira, existe a língua oficial que é a Libras, pois geralmente a família não sabe Libras e se o estudante abandonar a língua de sinais caseira não terá mais comunicação com a família, além disso, Freire (2014, p.31) nos diz que “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”.

Outra sugestão é a realização de atividades em grupo (experimentos e jogos), para Vygotsky os grupos de estudantes são sempre heterogêneos quanto ao conhecimento já adquirido nas diversas áreas, e um estudante mais avançado num determinado assunto pode contribuir para o desenvolvimento dos demais (OLIVEIRA, 2009, p. 66). Sendo assim, o estudante surdo pode construir conhecimento ao ver, realizar alguns experimentos e participar de jogos feitos em sala de aula. Também, é interessante utilizar outros recursos



como dramatizações.

Aceite o estudante surdo sem rejeição, ajude-o a raciocinar, sem lhe dar soluções prontas, trate-o normalmente, como qualquer estudante, sem discriminação ou distinção. Já mais tenha pena do surdo, pensando que ele incapaz, ou manifestando conduta de superproteção, o surdo deve estar preparado para enfrentar as adversidades da vida, assim como os ouvintes.

Como irmã de uma pessoa surda, meu maior medo foi deixá-la aprender a andar de bicicleta, pois a rua que morávamos era bastante movimentada e pelo fato dela não escutar nada, temia que ela fosse atropelada, no início eu ficava ao seu lado, segurando a bicicleta e dando apoio, mas depois, tive que deixá-la pedalar sozinha, ficava olhando de longe e quando passava um carro ou uma moto, ficava com o coração apertado e fechava os olhos, rezando para dar tudo certo, pois sei que todos os surdos são capazes. Do mesmo modo, devemos agir em sala de aula, mostrar o caminho e deixar o nosso estudante trilhar, pois ele é capaz.

Caso conte com o trabalho do intérprete na sala de aula

A oportunidade de trabalhar junto a um intérprete, por mais que tenha sido por pouco tempo, fez-me perceber a

²⁵ Durante o I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O funcionamento das línguas de sinais emergentes realizado na UFPA.

necessidade/importância do trabalho colaborativo, pois antes eu pensava que o intérprete não colaborava muito com o trabalho do professor, que o mesmo apenas interpretava a fala do professor, depois desta experiência passei a ter outro olhar, o olhar do trabalho colaborativo.

O intérprete é a voz e o ouvido do surdo.

Para quem leu minha dissertação, pode perceber que a presença do intérprete em sala de aula, tem aspectos positivos e negativos que precisam ser observados.

Como aspectos positivos, destaco que, a presença do intérprete permite ao estudante surdo aprender de modo mais fácil o conteúdo, por sentir-se mais seguro e ter mais chances de compreender e ser compreendido. Já o professor terá mais tempo para trabalhar o conteúdo em sala de aula e atender aos demais estudantes, pois o processo de ensino e aprendizagem fica menos cansativo e mais produtivo para o professor e estudantes. E a Libras passa a ser mais divulgada e utilizada de maneira mais adequada dando oportunidade ao estudante surdo de ter melhores condições de desenvolver-se, favorecendo inclusive seu aprendizado da Língua Portuguesa.

Entre os aspectos negativos, destaco o fato de o professor sentir-se inseguro com a presença de alguém diferente na sala de aula, deixar toda a responsabilidade de educador para o intérprete ou não acreditar que o

intérprete está para somar com o aprendizado do estudante surdo. Também, pode ocorrer do intérprete interpretar conceitos específicos de forma equivocada ou omitir algumas falas, como ocorreu em minha pesquisa.

A presença do intérprete em sala de aula tem aspectos positivos e negativos.

Para evitar que esses empecilhos ocorram é importante que cada um saiba o seu papel, ou seja, o professor regente da sala de aula deve saber que compete a ele: liderar a classe; ordenar o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, é o responsável pelo ensino do surdo, assim as dúvidas dos estudantes surdos em relação aos conteúdos, são de responsabilidade do professor, assim como resumir as aulas no quadro e avaliar o estudante.

E ao intérprete compete: interpretar e não explicar o conteúdo, o intérprete é a voz e o ouvido do surdo. Desta maneira, o intérprete atuará como mediador da comunicação entre o professor e o estudante surdo e entre estudante surdo e ouvinte. Porém, a comunicação direta entre o docente e o estudante surdo sempre deverá acontecer, por isso, ao falar, direcionar-se ao estudante surdo, e não ao intérprete.

E aos dois cabe o trabalho colaborativo o qual é apontado por Albres (2015) e Lacerda (2005) como sendo necessário. É fundamental que o professor e o intérprete trabalhem juntos na construção dos significados e na escolha do sinal em Libras para representar determinado

conceito específico, caso não exista o sinal adequado para representar o conceito específico, cabe ao estudante surdo fluente em Libras escolher/criar o sinal, mas para isso é preciso ser discutido o processo de construção do significado. Para Albres (2015, p.88), “na relação com o professor regente de turma, o intérprete, também desenvolve um papel esclarecedor do seu fazer, e recebe orientação, revelando que nesta relação professor intérprete é necessário um trabalho colaborativo”.

No trabalho colaborativo, nós professores devemos trabalhar em equipe com o intérprete, pois este tem conhecimento sobre a língua de sinais e nós professores temos o conhecimento sobre a disciplina, assim, devemos trocar experiências, auxiliando o trabalho do intérprete, para que ele possa interpretar de maneira correta os conceitos específicos, e auxiliar o nosso trabalho em sala de aula, para isso, devemos conversar antecipadamente com o intérprete sobre as aulas, em especial aos termos específicos, utilizados em nossa disciplina e não apenas repassar o texto com antecedência. É interessante providenciarmos livros ou um glossário, com os conceitos a serem trabalhados na disciplina, para o intérprete poder preparar-se, buscando os sinais mais adequados para representar o conceito científico para que o estudante surdo tenha o máximo de aproveitamento.

Também, é muito importante que, ao

lecionar, falemos de maneira mais pausada para auxiliar a interpretação do intérprete, pois o mesmo “processa mentalmente, desenvolve uma ação ativa mental, relaciona com suas experiências, com seu repertório linguístico e compreende para então construir um novo discurso na língua chegada” (ALBRES, 2015, p.70).

E ao explicar sobre um desenho ou esquema, devemos dar tempo para o estudante surdo entender as informações visuais para depois começarmos a explicação, também não devemos falar ao mesmo tempo que estivermos escrevendo, pois ou o estudante surdo presta atenção no desenho, ou ele presta atenção no intérprete para compreender a explicação do professor, ou copia, não é possível olhar para o intérprete, ver uma imagem e copiar ao mesmo tempo, pois usa apenas o sentido da visão para operacionalizar o recebimento das informações. É interessante organizar o quadro de tal forma que o intérprete possa apontar para conceitos ou palavras-chaves para que a informação fique clara para o estudante surdo.

A presença do intérprete é fundamental para a agilidade do processo de ensino e aprendizado, mas para que os aspectos positivos se sobressaiam, é fundamental o trabalho colaborativo entre professor e intérprete, para isso é extremamente importante que cada um saiba o seu papel e que a escola disponibilize um tempo para

ambos dialogarem sobre a aula, pois para Freire (2014, p.39) “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”.

Em relação a avaliação

Ao elaborar provas devemos utilizar muitas imagens, sem alterar o conteúdo. Penso que as provas não devem ser diferentes das dos ouvintes, pois em outras provas fora da escola, como concursos e processos seletivos não haverá distinção.

Porém, a maneira de corrigir deve ser diferente, levando em consideração o que está proposto na portaria nº 3284/2003, do MEC “flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico”. Assim, ao avaliarmos as atividades escritas do estudante surdo, não devemos supervalorizar os erros da estrutura formal da Língua Portuguesa em detrimento do conteúdo. Não se trata de aceitar erros, permitindo que o estudante neles permaneça, mas sim, anotá-los para que sejam discutidos junto ao estudante, a fim de que possa superá-los.

Também devemos levar em consideração a flexibilização do tempo, caso o estudante tenha grandes dificuldades com a interpretação da língua portuguesa escrita. É disponibilizar uma cópia da avaliação para o intérprete, a fim de evitar que esse fique levantando o tempo todo para olhar a prova do

estudante para interpretar.

É legal utilizarmos atividades diferenciadas e abertas para avaliar a turma toda, principalmente quando temos o estudante surdo, isto é, atividades que possam ser abordadas por diferentes níveis de compreensão, de conhecimento e de desempenho dos estudantes e em que não se destaquem os que sabem mais ou os que sabem menos, estratégias em que o estudante surdo possa expressar-se por meio da Libras, desenhos, entre outros, como por exemplo: avaliações orais com a interpretação do intérprete de Libras; debates; pesquisas; registros escritos; falados; observação; vivências. É necessário que se espere o máximo de aprendizado dos conteúdos curriculares ministrados, mas com respeito às limitações naturais de todos os estudantes. E que avaliemos continuamente, considerando os

diagnósticos iniciais e a construção gradual do conhecimento por parte do estudante em questão.

As escolas devem ser espaços educativos de construção de

personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais os estudantes aprendem a serem pessoas. Nelas os estudantes são ensinados a valorizar as diferenças, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores.

É legal utilizarmos atividades diferenciadas e abertas para avaliarmos a turma toda.

Conclusão

A presença do intérprete é uma estratégia indispensável para que o aprendizado do surdo se concretize. Mas também “é importante que o professor regente de classe conheça a língua de sinais não deixando toda a responsabilidade da comunicação com os estudantes para o intérprete” (LACERDA, 2005, p. 358). Assim como Lacerda, acredito que é fundamental, ao menos interessante, que o professor regente de classe saiba pelo menos a Libras no nível básico, pois para Campelo:

A relação professor e aluno, através do diálogo não é difícil, mas quanto mais se conhece e se “compreende” os sinais, mais fácil se torna a relação entre ambos. Tem “sinais”, cujo valor semântico diferem dependendo do contexto, assim como todas as línguas (CAMPELO, 2008, p.151).

“me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente” (Freire, 2014, p. 92)

E mesmo que o educador não saiba a Libras, pois vale lembrar: ele não é obrigado a saber! Mais que este seja sensível ao fato de existir um estudante que anseia por um olhar atento e a uma comunicação, pois:

Uma enunciação em sinais já vem carregada de emoções, cores, sensibilidades, empatias, visibilidades, orientações sociais distintas e pensamentos para serem comunicadas e entendidas. Basta outro interlocutor precisar ter a mesma sensibilidade, emoção, empatia, visibilidade, mesma posição social, atividade semiótica e pensamento para entender a mensagem

que recebe com fluidez da comunicação sem empecilho ou confusão entre ambas (CAMPELO, 2008, p. 153).

Dessa maneira, o professor deve ser sensível ao desejo de comunicação que o surdo traz, pois para Freire (2014, p. 92) “me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente”.

Se eu não soubesse Libras, não saberia que alguns conceitos, como velocidade, durante a pesquisa, estavam sendo transmitidos de forma equivocada pela intérprete, ou seja, o fato de eu conhecer a Libras permitiu, que em parceria com a intérprete, revíssemos alguns pontos para o segundo dia do jogo. Porém:

Mesmo que o professor saiba língua de sinais, também vai necessitar de estratégias adequadas, e de um vocabulário específico para comunicar certos conceitos. Ainda é bastante frequente que termos técnicos ou científicos não tenham um correlator em Libras, uma vez que só recentemente as comunidades surdas vêm tendo acesso a estes níveis de conhecimento (CAETANO; LACERDA, 2011, p. 154).

Por isso, para que as pessoas surdas compreendam bem a mensagem que se deseja emitir, é importante ter certos cuidados com as palavras, termos e expressões usadas, e escolher os métodos e recursos adequados.

Ressalto que, não adianta o estudante surdo ter acesso a uma escola com espaços e recursos pedagógicos adaptados, com a presença de intérprete e professor que conheça a Libras se a escola não viabilizar a Libras

como forma de comunicação entre o surdo e todos que fazem parte do processo educacional. Também seria interessante, reuniões gerais na escola para que os professores que atendem os surdos possam trocar experiências na tentativa de facilitar o processo de inclusão. Além disso, é fundamental que o professor reflita a sua prática, para Freire (2014, p.39) ensinar exige reflexão crítica sobre a prática, “a prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer”.

REFERÊNCIAS

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALVES, Fabio de Souza. **Ensino de Física para pessoas surdas: o processo educacional do surdo no ensino médio e suas relações no ambiente escolar**. 2012. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Ciência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru - SP, 2012.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm>. Acesso em 20 jan. 2017.

BRASIL, Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acessado em 20 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB, nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999a. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999b. Disponível em: <<http://www.conteudoescola.com.br/pcn-esp.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.172**, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso: em 12 de jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3284** de 07 de novembro de 2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Brasília, DF, 03 dez. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso 21 de out. de 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art111>. Acesso em: 13 jun. 2016.

CAETANO, Juliana Fonseca; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Libras no currículo de cursos de licenciatura: estudando o caso das Ciências Biológicas. *In*: HARRISON, K. M. P.; LACERDA, C. B. F.; LODI, A. C. B.; GOES, A. M.; KOTAKI, C. S.; CAETANO, J. F.; SANTOS, L.F.; CAMPOS, M. L. I. L.; MOURA, M. **Língua brasileira de sinais – Libras: Uma introdução**. São Carlos: UFSSCar, 2011. p.153-168.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 49º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FUSELLIER-SOUZA, Ivani dos Santos. **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ACESSIBILIDADE E EDUCAÇÃO ESPECIAL: O funcionamento das línguas de sinais emergentes**. Belém: Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da UFPA, 2015.

FUSELLIER-SOUZA, Ivani dos Santos. **PROCESSOS DE CRIAÇÃO E DE ESTABILIZAÇÃO LEXICAL EM LÍNGUAS DE SINAIS (LS) DENTRO DE UMA ABORDAGEM SEMIOGENÉTICA**. Tradução Dr.^a Maria Luizete Carliez. Artigo. Université Paris 8 – UMR/CNRS 7023- França, 2006. Disponível em: <<http://forumlandi.org/surdosdomundo/repositorio/todos-os-registros/117-artigos/1513-processos-de-criacao-e-de-estabilizacao-lexical-em-linguas-de-sinais-ls-dentro-de-uma-abordagem-semiogenetica>>. Acesso em: 30 out. 2015.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta**. Distribuição gratuita. Goiânia: Ed. da UCG, 2006. 228p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A Inserção da Criança Surda em Classe de Crianças Ouvintes: Focalizando a organização do trabalho pedagógico**. 2000. (artigo). Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/1518t.PDF>>. Acesso em: set. 2016.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O INTÉRPRETE DE LÍNGUA DE SINAIS EM SALA DE AULA: experiência de atuação no ensino fundamental. **Contrapontos**. Volume 5. n. 3, p. 353-367. Itajaí, set/dez, 2005.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. 6ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula)

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 7ª Edição. Porto Alegre: Mediação, 2015.

ZUFFI, Edna Maura. JACOMELLI, Cristiane Vinholes. PALOMBO, Renato Dias. Pesquisas sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais no Brasil e a aprendizagem em Matemática. *In: XIII Conferência Interamericana de Educação Matemática. XIII CIAEM-IACME, Recife, Brasil, 2011*.